



EDUCAÇÃO E PATRIMÓNIO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E DINÂMICAS EDUCATIVAS

Elsa Maria Gabriel Morgado ¹
Maria Beatriz Licursi ²
Levi Leonido Fernandes da Silva ³

RESUMO

Objetivo: Propomo-nos desenvolver uma reflexão crítica sobre a temática em análise que, invariavelmente, se subsume à diversidade cultural afeta à formação das gerações vindouras, seus desafios e oportunidades.

Referencial Teórico: O presente trabalho reporta-se à dinâmica dicotômica entre educação e património numa base de reflexão dialogicamente intrínseca decorrente da estrutura relacional entre memória e identidade e as dinâmicas educativas como epicentro dessa mesma interação e aprofundamento conceptual. Uma herança cultural devidamente cuidada (e vivida) proporciona-nos uma ampla visão sobre a história de um país, de um povo ou de um determinado grupo que, a seu tempo, contribuirá ativamente para a formação da identidade desse país, desse povo ou grupo. Este ciclo determina a formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate da memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Promovendo a preservação, a continuidade e a inovação informada dos interlocutores atuais e vindouros. A ciência, a tecnologia e a inovação assumem um papel preponderante a vários níveis e domínios desta matriz dialógica entre as dimensões identitárias, patrimoniais e culturais e a dimensão educativa de compromisso na formação das gerações contemporâneas e futuras, alicerçada numa perspetiva educacional voltada para a ação transformadora do homem (e da sua atividade) no mundo em que este se insere e que o rodeia.

Método: Revisão de literatura de matriz narrativa, buscando. **descrever ou discutir o estado atual do tema pesquisado**

Resultados e Discussão: Afere-se que a relação entre educação e património é intrínseca, pois ambos estão ligados à preservação da memória e da identidade cultural de uma sociedade. O património, seja material ou imaterial, é uma fonte rica de conhecimento que pode ser explorada em contextos educativos para promover a compreensão da história e das tradições de um povo.

Implicações da Pesquisa: Perspetiva-se, para futuro, determinadas considerações passíveis de reflexão e aprimoramento, com base da estrutura e base conceptual emanada dos autores (e obras) de referência que versam sobre a temática em debate e reflexão.

Originalidade/Valor: A presente revisão triangula, de forma original, a relação entre a memória, identidade e dinâmicas educativas no âmbito da educação e património. Promovendo, por um lado, a reflexão sobre a temática e a articulação entre áreas e, por outro lado, desafiando a novos estudos que coloquem em interação a interseção do conhecimento de áreas conceitualmente próximas na atividade profissional docente / investigativa.

Palavras-chave: Educação, Memória, Identidade, Património.

EDUCATION AND HERITAGE: MEMORY, IDENTITY AND EDUCATIONAL DYNAMICS

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal. E-mail: elsa.morgado@ipb.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3653-7876>

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: musicafeliz@terra.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0416-9351>

³ Universidade Católica Portuguesa (UTAD), Porto, Vila Real, Portugal. E-mail: levileon@utad.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6603-034X>



ABSTRACT

Objective: This study aims to develop a critical reflection on the theme under analysis, which invariably relates to the cultural diversity affecting the formation of future generations, their challenges, and opportunities.

Theoretical Framework: This work refers to the dichotomous dynamics between education and heritage on a basis of intrinsically dialogic reflection arising from the relational structure between memory and identity and educational dynamics as the epicenter of this same interaction and conceptual deepening. A properly cared for (and lived) cultural heritage provides us with a broad view of the history of a country, a people, or a particular group that, in due time, will actively contribute to the formation of the identity of that country, that people, or group. This cycle determines the formation of groups, social categories, and the recovery of memory, thus triggering a connection between the citizen and their roots. Promoting the preservation, continuity, and informed innovation of current and future interlocutors. Science, technology, and innovation play a preponderant role at various levels and domains of this dialogical matrix between identity, heritage, and cultural dimensions and the educational dimension of commitment to the formation of contemporary and future generations, grounded in an educational perspective aimed at the transformative action of man (and his activity) in the world in which he is inserted and that surrounds him.

Method: Narrative literature review, aiming to describe or discuss the current state of the researched topic.

Results and Discussion: It is inferred that the relationship between education and heritage is intrinsic, as both are linked to the preservation of the memory and cultural identity of a society. Heritage, whether material or immaterial, is a rich source of knowledge that can be explored in educational contexts to promote understanding of the history and traditions of a people.

Research Implications: Certain considerations for reflection and improvement are envisaged for the future, based on the structure and conceptual basis emanating from the authors (and works) of reference that deal with the theme under discussion and reflection.

Originality/Value: This review triangulates, in an original way, the relationship between memory, identity, and educational dynamics in the context of education and heritage. Promoting, on the one hand, reflection on the theme and the articulation between areas and, on the other hand, challenging new studies to put into interaction the intersection of knowledge from conceptually close areas in teaching/investigative professional activity.

Keywords: Education, Memory, Identity, Heritage.

EDUCACIÓN Y PATRIMONIO: MEMORIA, IDENTIDAD Y DINÁMICAS EDUCATIVAS

RESUMEN

Objetivo Este estudio tiene como objetivo desarrollar una reflexión crítica sobre la temática bajo análisis, que inevitablemente se relaciona con la diversidad cultural que afecta a la formación de las generaciones futuras, sus desafíos y oportunidades.

Marco teórico: Este trabajo se refiere a la dinámica dicotómica entre educación y patrimonio sobre la base de una reflexión intrínsecamente dialógica que surge de la estructura relacional entre la memoria y la identidad, y las dinámicas educativas como epicentro de esta misma interacción y profundización conceptual. Un patrimonio cultural debidamente cuidado (y vivido) nos proporciona una amplia visión de la historia de un país, de un pueblo o de un grupo particular que, en su debido momento, contribuirá activamente a la formación de la identidad de ese país, de ese pueblo o grupo. Este ciclo determina la formación de grupos, categorías sociales y la recuperación de la memoria, desencadenando así una conexión entre el ciudadano y sus raíces. Promoviendo la preservación, la continuidad y la innovación informada de los interlocutores actuales y futuros. La ciencia, la tecnología y la innovación juegan un papel preponderante en varios niveles y ámbitos de esta matriz dialógica entre las dimensiones de identidad, patrimonio y culturales y la dimensión educativa de compromiso con la formación de las generaciones contemporáneas y futuras, fundamentada en una perspectiva educativa orientada a la acción transformadora del hombre (y su actividad) en el mundo en el que está inserto y que lo rodea.

Método: Revisión narrativa de la literatura, con el objetivo de describir o discutir el estado actual del tema investigado.



Resultados y Discusión: Se infiere que la relación entre educación y patrimonio es intrínseca, ya que ambos están vinculados a la preservación de la memoria y la identidad cultural de una sociedad. El patrimonio, ya sea material o inmaterial, es una rica fuente de conocimiento que puede ser explorada en contextos educativos para promover la comprensión de la historia y las tradiciones de un pueblo.

Implicaciones de la Investigación: Se vislumbran ciertas consideraciones para la reflexión y mejora futuras, basadas en la estructura y base conceptual que emanan de los autores (y obras) de referencia que tratan sobre el tema en discusión y reflexión.

Originalidad/Valor: Esta revisión triangula, de manera original, la relación entre la memoria, la identidad y las dinámicas educativas en el contexto de la educación y el patrimonio. Promoviendo, por un lado, la reflexión sobre el tema y la articulación entre áreas y, por otro lado, desafiando a nuevos estudios a poner en interacción la intersección del conocimiento de áreas conceptualmente cercanas en la actividad profesional docente / investigadora.

Palabras clave: Educación, Memoria, Identidad, Patrimonio.

RGSA adota a Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).



1 INTRODUÇÃO

*Educação gera confiança. Confiança gera esperança.
Esperança gera paz (Confúcio -551 a. C. 479 a.C.).*

Qualquer reflexão sobre Educação, remete-nos, invariavelmente, para a cidadania e para os direitos e deveres do cidadão na edificação da humanidade e respetiva responsabilidade pela formação pessoal “correlativa da responsabilidade coletiva de construção da história humana” (Dias Sobrinho, 2015, p. 283). A Educação assume-se como parte de um processo dinâmico e aberto à mudança assumido por parte dos seus principais e diversos interlocutores, por forma a responderem eficazmente aos desafios emergentes das metamorfoses naturais do processo resultante do devir histórico, quer a partir da própria escola, quer a partir das opções políticas e sociais (Morgado *et al.*, 2018; Morgado, Rodrigues, & Leonido 2024).

Em tempos de profundas mudanças culturais, económicas e sociais, deparamo-nos com a galopante evolução dos recursos tecnológicos mais diversos. Consequentemente deparamo-nos com o repto da competitividade para a excelência e com a determinação de metas de qualidade e de sucesso, assim como da assunção de critérios organizativos de instrumentação para a aprendizagem assíncrona e da capacidade de investigação ao serviço da comunidade, da sua promoção e transformação, sem subestimarmos a missão e premissa maior da universidade que pretende, dia a dia, edificar (consolidando), como nos alude Dias Sobrinho (2015, p. 583)



“a qualidade dos processos sem perder de vista os seus fins essenciais. Isto significa cumprir suas atividades de formação e de trato com o conhecimento com o maior grau possível de qualidade acadêmica, científica, técnica, moral, política e social. [...]; na formação de indivíduos-cidadãos dotados de valores cívicos e conhecimentos técnica e cientificamente relevantes e socialmente pertinentes”.

As atividades de investigação e de ensino devem constituir-se como um todo coeso, sustentado e equilibrado em termos de intervenção e extensão à comunidade, assumindo a sua responsabilidade sobre o modelo de desenvolvimento da sociedade.

A função de educar os indivíduos, formar cidadãos e transmissão do conhecimento passa a ser obrigatoriedade das escolas, e, muitas vezes (nesse contexto e âmbito) passa a considerar-se mais como uma mercadoria (Costa & Rauber, 2009) do que um direito de todos, passando a estar circunscrita às classes dominantes e, assim sendo, servindo, como meio de exploração e dominação ao invés de difundir, promover e consolidar a equidade social. Conceitos de memória, patrimônio e identidade são conceitos que se interrelacionam, aliados à ciência e à tecnologia desencadeiam importantes fatores de desenvolvimento, mesmo que sejam precisos “sistemas de freios e contrapesos da reflexão de ordem moral e social” (Dias Sobrinho, 2015, pp. 599), que aliados ao pensamento crítico tornam-se base de todo o ofício intelectual nos vários domínios do saber. Sem ciência e tecnologia a sociedade acaba por gerar “núcleos de pobreza e atraso”, aprofundando polarizações. As universidades têm que se impor como espaços públicos de reflexão e de contraditório, constituindo-se como o garante da liberdade de pensamento e de criação de colossal responsabilidade social.

2 OBJETIVOS

Como objeto de pesquisa, propomo-nos a desenvolver uma reflexão crítica sobre a temática em análise que, invariavelmente, se subsume à diversidade cultural afeta à formação das gerações vindouras, seus desafios e oportunidades.

3 DESENVOLVIMENTO

A História da Educação convoca a cultura de um povo, com todo o seu patrimônio, para circunscrever, definir, apresentar e projetar a sua identidade, na certeza de que o seu desenvolvimento só prosseguirá quando fortalecido no âmago educacional. Foi assim no passado, é assim hoje e sê-lo-á no futuro, sob a batuta das novas tecnologias. Nas sociedades



primitivas, o processo educativo edificava-se basicamente com recurso a métodos informais em registo de endoculturação, em que valores, princípios e costumes eram transmitidos “às gerações futuras por meio da convivência em sociedade. Desse modo, os novos indivíduos eram integrados à ordem social. A transmissão desses valores, limitava-se somente à memória [...] não havia nenhum outro mecanismo além da convivência que registrasse esses valores culturais nas sociedades antigas” (Costa & Rauber (2009, p. 241). Pois como evidencia o autor Morgado e seus colaboradores:

“The transfer of diverse experiences based on mutual understanding and a convergence of knowledge, frequently resulting in learning, significantly promotes personal and social development. It is not a stonish ing to accept the perspective that diversity is what brings people together: differences, when understood and properly incorporated are like a shapeless group of stones that add to the harmony that comes from a wonderful temple structure. The temple metaphordoes not disappoint us, it helps us infer that acceptance of diversity is a sine qua non condition to favour the development of every man” (Morgado *et al.*, 2024, p. 220).

4 CULTURA

Cultura em Latim significa “*cultivo, plantação, criação*”. Ao termo Cultura cunhado por Edward Tylor (1817), juntamos a definição clássica de Matthew Arnold (1986, p. 6) que se baseia na “busca da nossa total perfeição através do conhecimento do que melhor foi pensado e dito no mundo sobre todos os assuntos que nos dizem respeito, e, através desse conhecimento, permitir um fluxo de novos e livres pensamentos em relação ao conjunto das nossas ideias e hábitos adquiridos”. A cultura envolve na perspectiva de Sapir (1980, p. 165) “um conjunto herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas”. Hinkel (1999, p. 1) sobre este assunto, destaca que há “tantas definições de cultura quanto há campos de questionamentos nas sociedades, nos grupos, nos comportamentos e nas atividades humanas”. Ou seja, Belinazo e Jacomelli (2006, p. 2) resalvam que:

“A cultura não é estática. Resulta de uma multiplicidade de práticas políticas, econômicas, sociais, ideológicas, crenças e outros, que vão sofrendo alterações ao longo do tempo e nos espaços conforme as interações e construções sociais que ocorrem no âmbito das relações internas e externas ao grupo. Marcada pela diversidade em todos os sentidos”.

A cultura é por definição “um processo social construído sobre a intercepção entre o universal e o particular” (Santos, 2002, p. 47) e condição necessária à elevação da alma e do



caráter. Para tal, o homem procura, na sociedade, intervir nas relevantes transformações sociais, por forma a adquirir “aptidões essenciais à formação humana. O desenvolvimento, portanto, da humanidade; sua história e herança cultural, em uma única palavra, a educação se define, se molda e se prevalece conforme leis socio históricas (re)definidas e não por hereditariedade biológica” (Santos, 2012, p. 45). Assim, “a cultura não pode ser simplesmente examinada, ensinada ou aprendida, uma vez que manifestações culturais, como os costumes de um grupo, podem ser pistas para discussões mais profundas” (Pereira, 2015, p. 64).

O termo Cultura tornou-se no entender de Correia (2018, p. 12) “demasiado curto para traduzir o ritmo e a sensibilidade das sociedades hodiernas”, abarcando diversos sentidos legítimos, aparecendo como “uma estrutura categorizada do mundo”, nomeadamente,

“como se existissem diferentes camadas, como num bolo, que genuinamente podem ser designadas como “cultura”. Tal não significa que cada uma delas não possa ser definida, mas dificilmente se encontra um sentido unívoco que as consiga abarcar na totalidade. A definição tem de ser sempre adequada ao plano que estamos a considerar” (Correia, 2018, p. 18).

Pode ser vista, como nos descrevem Belinazo e Jacomelli (2006, p. 11) como que “um segmento da sociedade que alavanca o conhecimento e denota o modo de proceder de uma sociedade. Compreender e analisar a cultura de um povo consiste numa das alternativas que permitem verificar seu modelo organizativo e estrutural, bem como entender seu funcionamento e seu universo imaginativo (tradição, crenças, valores)”.

Para Jean-Claude Forquin (1993) referido por referido por Romanelli (2009, p. 82), há uma relação próxima e estrita entre educação e cultura, visto que a educação transmite “um conteúdo que é genericamente classificado como cultura”.

5 PATRIMÓNIO CULTURAL E MEMÓRIA

Por Património Cultural entendemos um conjunto de bens materiais e imateriais considerados de interesse público relevantes para a perpetuação no tempo, uma vez que, nas palavras de Rodrigues (2012, p. 4), faz recordar o passado,

“é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social [...] É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, económica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo”.



Nessa perspetiva, Júnior e Oliveira (2018, p. 4) evidenciam que o património “não apenas nos faz recordar o passado, mas, prova sua relação intrínseca com a memória, sendo esta responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos passados”. Na delimitação do termo/definição de Património, surgem-nos um vasto leque mensurável de hipóteses, grupos, culturas e até mesmo perspetivas sobre o tema. Surge como definição tão ampla que pode inclusive definir, configurar ou delimitar múltiplos elementos e eventos. Como nos descreve Gonçalves (2005, p. 8), ao referir que, as alterações de significado “nas representações sobre a categoria ‘patrimônio’ oscilam possivelmente entre um patrimônio entendido como parte e extensão da experiência, e, portanto, do corpo, e um patrimônio entendido de modo objetificado, como coisa separada do corpo, como objetos a serem identificados, classificados, preservados, etc”.

Torna-se importante “realçar esta ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio; quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo” (Rodrigues, 2012, p. 4). No entanto devemos ter em atenção e “deve-se observar em primeiro lugar a realidade sociocultural em que o patrimônio está inserido, qual o processo histórico que configurou aquela comunidade, qual a relação desta comunidade com o seu território, em que há uma confluência das perspetivas entre as dimensões natural e cultural” (Azevedo Netto, 2008, p. 9).

Acerca do património, Choay (1992), referido por Rodrigues (2012, p. 4), substancia que este contribui para “a identidade histórica e as vivências de um povo. O Património contribui para manter e preservar a identidade de uma nação daí o conceito de identidade nacional, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família”. Portanto, nesse caminho “ao passo que fazemos esta inter-relação aos acontecimentos passados, precisamos da memória como ferramenta de legitimação das identidades sociais imbricadas” (Júnior & Oliveira, 2018, p. 6). A memória enraíza-se no concreto,

“no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e repetir” (Nora, 1993, p. 9).

Por sua vez, a memória como referem Oliveira e Júnior (2015, p. 67) manifesta-se de maneiras diversas, “mas sua representação plena é excessivamente carregada de subjetividade e permeia-se no esquecimento, por características físicas, como idade e/ou deficiências, ou



mesmo de escolha, como agregação de valor ou traumas”. Somos aquilo que nos lembramos e somos a memória que temos, mais propriamente nas palavras de Santos (2003, pp.25-26),

“A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo, e motor e do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma: ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações”.

Património não é uma herança, mas sim bens produzidos pelos nossos antepassados (Lévi-Strauss, 2011), que redundam em experiências e memórias, coletivas ou individuais. A memória deve manter-se como registo “passivo, estático, por vezes, mesmo intocável na preocupação absoluta da preservação, tenderá para a decrepitude e para a dificuldade de perceção nas gerações vindouras, não contribuindo para o bem-estar geral, para a sociabilidade e para o reconhecimento de símbolo identitário” (Sousa, 2009, p. 99). O património consegue “estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação” (Rocha, 2012, p. 2). A memória pode ser atualizada historicamente pois é uma representação materializada através da experiência, ou seja, pode formar-se de

“elementos individuais e coletivos, fazendo parte da perspetiva de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimento. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal” (Diehl, 2002, p. 116).

Quando falamos de património cultural, prontamente associamos o termo aos conceitos de identidade e memória (Lévi-Strauss, 2011; Rodrigues, 2012; Rodrigues, 2017), dado que “entendemos o património cultural como lócus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (Pelegrini, 2006, p. 1). A ideia de património cultural está associada à lembrança e à memória, que são basilares no que concerne a ações patrimonialistas, pois assumem que os bens culturais são mantidos em função da relação que suportam com as identidades culturais (Maalouf, 2003; Hall, 2006; Castells, 2010; Martins, 2011; Rodrigues, 2017; Júnior & Oliveira, 2018).

A memória faz com que o passado não seja inteiramente descorado, pois habilita o individuo a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se perpetue na consciência humana (Le Goff, 2002). Nomeadamente, “O passado só permanece



«vivo» através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” (Alberti, 2004, p. 15).

Na sociedade da informação poderemos dizer que a memória, “coloca-se como uma questão necessária, justamente porque ela representa “fragmentos” que estão relacionados intimamente com identidade social” (Júnior & Oliveira, 2018, p. 7). A memória deve ser compreendida como um fenômeno individual e de grupo, logo como um fenômeno coletivo e social (Candau, 2011; Rodrigues, 2017). Segundo Júnior e Oliveira (2018, p. 7), apercebemos que a memória é o mecanismo com função de desencadear quer no indivíduo quer no grupo, “um sentimento de pertencimento, bem como, ressignificar dependendo do contexto dos fatos e acontecimentos do passado. Uma vez que, a memória não configura um processo e reconstituição ou resgate, mas sim, uma reconstrução do presente para o passado”. Os mesmos defendem a ideia de que “a memória social irá legitimar a identidade de um determinado grupo, e para tal feita valer-se-á do patrimônio como instrumento de validação” (Júnior & Oliveira, 2018, p. 8).

6 IDENTIDADE CULTURAL

Vários autores referem que existe uma complexidade inquestionável em torno do conceito de “identidade” (Delors *et al.*, 1998; Maalouf, 2003; Hall, 2006; Castells, 2010; Candau, 2011; Júnior; Oliveira, 2018). Contudo nas palavras de Cuche (1999, p. 135) “as grandes interrogações sobre a identidade remetem muitas vezes para a questão da cultura”. Quando faz referência ao termo identidade cultural, Cuche (1999, p. 136), destaca que este “caracteriza-se - tal como a própria identidade - pela sua polissemia”, ou seja, “a construção ou descoberta do sentido de uma identidade cultural é um processo de tradução sempre já em curso, um processo de tradução sem princípio nem fim [...], um processo de tradução permanente sem texto originário” (Melo, 2002, p. 54).

Por sua vez, sobre a identidade cultural, Gandra (1999, p. 17), argumenta que esta “resulta dum diálogo vivo, sem dúvida conflituoso, entre o mesmo e o outro, em que o mesmo é tanto mais ele próprio quanto mais se abrir ao outro”. Castells (2010, pp. 22-23) sobre o mesmo assunto, assevera que identidade não é mais do que “A fonte de significado e experiência de um povo. [...]. Toda e qualquer identidade construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece”.



Rodrigues (2012, p. 3) destaca que “a construção da identidade, seja individual ou social, não é estável e unificada – é mutável, (re)inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo”. Notoriamente vive-se numa esfera social marcada pelas interações globais, onde o indivíduo medeia “a todo o instante os sentidos das influências e mensagens externas que, recombinadas, são devolvidas sob forma de identidade cultural readaptada” (Fortuna & Silva, 2001, p. 451). A identidade torna-se numa “celebração móvel” formada e transformada:

“continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (Hall, 2006, pp. 12-13).

Porém, as “exigências da globalização e da identidade cultural, não devem ser consideradas como contraditórias, mas como complementares” (Delors *et al.*, 1998, p. 43). Na sua obra, Maalouf (2003, p. 116) expõe uma perspectiva da “mundialização” a partir de uma visão culturalmente ampla e diversa. A mundialização “aparece aos olhos de um grande número dos nossos semelhantes não como um enorme cadinho enriquecedor para todos, mas como uma uniformização empobrecedora e uma ameaça contra a qual nos devemos bater para preservar a nossa própria cultura, a nossa identidade, os nossos valores” (Maalouf, 2003, p. 105).

Sendo indiscutível que a mundialização instiga, como reação derivada, a um reforço do sentimento de identidade por parte do indivíduo. Uns receiam perder essa mesma identidade, reagem de forma distinta e precavida, tendo, por várias vezes, assumindo uma certa oposição ao que consideram como desconhecido ou diferente dos seus valores. Outros, centram-se, clara e efetivamente em tudo aquilo que consideram como “seu”.

A este respeito, Robertson (2000) referido por Ferreira (2005, pp. 67-68), destaca que “a globalização [...] não significa que o mundo se tenha tornado homogêneo culturalmente, assistindo-se, pelo contrário, a um fenómeno de afirmação de diferenças, em termos de identidades regionais e locais”. Importará, perceber, que entendimento têm os grupos que integram e vivenciam essa identidade cultural. No entanto, no sentido, de uniformizar o entendimento sobre identidade cultural, Cucho (1999, p. 140) refere-se a Fredrik Barth (1969) salientando que a identidade pode ser vista como um modo

“de categorização utilizado pelos grupos para organizarem as suas trocas. Assim, para definirmos a identidade de um grupo, o que importa não é inventariarmos o conjunto



dos seus traços culturais distintivos, mas localizarmos entre esses traços aqueles que os membros do grupo utilizam para afirmarem e manterem uma distinção cultural”.

Barth (1969) referido por Cuche (1999, p. 140) dá primordial destaque aos membros de um grupo referindo que “[...] eles próprios os actores que atribuem uma significação a [uma] pertença em função da situação relacional em que se encontram [...], a identidade constrói[-se] e reconstrói[-se] constantemente no quadro das trocas sociais”. A identidade “não é algo que nos seja entregue na sua forma inteira e definitiva; ela constrói-se e transforma-se ao longo da nossa existência” (Maalouf, 2003, p. 33).

Melo (2002, p. 47) destaca que “para qualquer cidadão contemporâneo é cada vez mais reduzido o conjunto de elementos culturais que partilha com, ou exclusivamente com as pessoas que com ele convivem num mesmo espaço geográfico local, regional, nacional ou continental”. Os indivíduos “podem ter e têm múltiplas identidades que são complementares – etnicidade, língua, religião e raça, bem como cidadania” (PNUD, 2004, p. 2). O mesmo sucede quanto às opções sobre os modelos culturais, sentimentos de pertença globais ou lealdades locais que emanam da natureza humana e em particular da sua pluralidade inescapável (Sen, 2006).

No entanto, é importante que a abordagem educativa do património seja inclusiva e representativa da diversidade cultural de uma sociedade. Isso requer um esforço consciente para incorporar diferentes perspectivas e vozes, garantindo que todos os grupos e comunidades se sintam representados e valorizados. Em resumo, a integração do património nas práticas educativas é fundamental para promover a compreensão da história e da identidade cultural, fortalecer o senso de pertencimento e transmitir valores fundamentais para as gerações futuras. Essa abordagem enriquece o processo educativo, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e o respeito pela diversidade cultural, desempenhando um papel fundamental na transmissão de valores e no fortalecimento do senso de pertencimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a educação um dos principais pilares que sustentam uma sociedade democrática (Delors *et. al*, 1998; Costa & Rauber, 2009; Nóvoa, 2014; Morgado, 2014; Dias Sobrinho, 2015; Morgado *et al.*, 2018; Moretto & Fioreze, 2019), esta deverá ser entendida como um mecanismo essencial para a minoração das “desigualdades, oferecendo equidade e igualdade social e étnico-cultural perante a sociedade” (Costa & Rauber, 2009, p. 240). Tal pressuposto assenta na ideia de que “A escola pode transformar-se em um conjunto de espaços ricos de



aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, e a saber tomar iniciativas e interagir” (Moran *et al.*, 2013, p. 31).

A educação como atividade humana e histórica, pode (e deve) rumar noutra sentida que não o expectável pelos mercados que tendencialmente projetam a ideologia neoliberal nas teorias e práticas pedagógicas, metamorfoseando a ato educativo num processo de instrução e qualificação pessoal. Nesta base e enquanto atividade reprodutora, podemos vislumbrá-la como um “processo de transmissão do patrimônio histórico” (Rabelo *et al.*, 2009. p. 3), de tal forma que seu objetivo primordial passe por estabelecer a formação de sujeitos históricos com o intuito de mudar a sociedade (Delors *et al.*, 1998; Nóvoa, 2013, 2014; Morgado, 2014; Morgado *et al.*, 2018; Moretto & Fioreze, 2019), centrando o debate social no homem e nas suas reais necessidades. E fazendo com que todos pudessem, de acordo com Delors *et al.* (1998, p. 78),

“descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser”.

A formação humana faz parte tanto do debate científico como do político, sendo entendida como pressuposto que alimenta e legitima a construção das democracias contemporâneas, uma conceção que parte do princípio normativo da educação como um bem público (UNESCO, 2016). Um bem público, contrastando com o ganho privado, remete à ideia de bem comum e é considerado uma coisa boa para a sociedade como um todo, um bem necessário à concretização dos direitos fundamentais das pessoas (UNESCO, 2016). A educação deve desde já “procurar consciencializar o indivíduo para as suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas” (Delors *et al.* 1998, p. 42), promovendo uma educação “verdadeiramente multicultural deverá ser capaz de dar resposta, simultaneamente, aos imperativos da integração planetária e nacional, e às necessidades específicas das comunidades locais, rurais ou urbanas com a sua cultura própria” (Delors *et al.*, 1998, p. 221).

A “Ciência, tecnologia e inovação são fundamentais no combate à pobreza e às carências culturais, económicas, sociais, intelectuais e políticas [...] São elementos importantes da cidadania social, que requer o exercício consciente dos direitos em sua integralidade: civis, políticos, económicos, sociais, culturais” (Dias Sobrinho, 2015, p. 592). A Tecnologia tende a



tornar o processo educativo mais eficaz e interventivo numa sociedade em constante mudança. A tecnologia transformou de forma fundamental “as relações sociais, dentro e fora da sala de aula. Derruba continuamente barreiras entre as esferas da aprendizagem formal, não formal e informal. Numa altura em que o mundo se tornou na nossa sala de aula (não tradicional), precisamos de ser capazes de trazer o mundo para a sala de aula (tradicional e não tradicional)” (RECLA, 6-8 out 2021, Porto).

Portanto podemos referir que, a relação entre educação e património é intrínseca, pois ambos estão ligados à preservação da memória e da identidade cultural de uma sociedade. O património, seja material ou imaterial, é uma fonte rica de conhecimento que pode ser explorada em contextos educativos para promover a compreensão da história e das tradições de um povo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em especial à Universidade Católica Portuguesa, por ter permitido a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Alberti, V. (2004). *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Arnold, M. (1986). *Between Two Worlds*. Ann Arbor: University of Michigan.
- Azevedo Netto, C. X. (2008). Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e disseminação da informação. *Ci. Inf.*, 37(3), 7-17.
- Belinazo, D. P., & Jacomelli, J. (2006). Diversidade e hibridismo culturais: bases de desenvolvimento regional. *Revista FAE*, 9(2), 1-12.
- Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- Castells, M. (2010). *The Power of Identity*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Correia, J. C. (2018). Cultura e Pós-cultura. In: P. A. Castro (ed.), *Desafios presentes no futuro* (pp. 12-31). Porto: Fénix Editores.
- Costa, E. B. O., & Raubar, P. (2009). História da Educação: surgimento e tendências atuais na Universidade no Brasil. *Revista Jurídica UNIGRAN*, 11(21), 214-253.
- Cuche, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC.
- Delors, J. et al. (1998). *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Lisboa: ASA.



- Dias Sobrinho, J. (2015). Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, 20(3), 581-601. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300002>
- Dias Sobrinho, J. (2018). Universidade em tempos de precarização e incertezas. *Avaliação*, 23(3), 736-753. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300010>
- Diehl, A. A. (2002). *Cultura Historiográfica – Memória, identidade e representação*. Bauru: Editora Universidade do Sagrado Coração.
- Ferreira, F. I. (2005). *O Local em Educação. Animação, Gestão e Parceria*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Textos de educação.
- Fortuna, C., & Silva, A. S. (2001). A Cidade do lado da Cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Gonçalves, J. R. S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes antropológicos*, 11(23), 15-36.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pósmodernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Júnior, J. E. S., & Oliveira, A. L. T. (2018). Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: Suas interfaces com a sociedade. *Ci. Inf. Rev.*, 5(1), 3-10.
- Le Goff, J. (2002). Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: C. Bittencourt (org.), *O saber histórico na sala de aula*. 7ª ed. São Paulo: Conexto.
- Lévi-Strauss, C. (2011). *L'anthropologie face aux problèmes du monde moderne*. Paris: Éditions du Seuil.
- Maalouf, A. (2003). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- Martins, S. D. T. (2011). *A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Técnica de Lisboa. ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa.
- Melo, A. (2002). *Globalização Cultural (O que é)*. Lisboa: Quimera.
- Moran, J., Masetto, M. T., & Behrens, M. A. (2013). *Novas tecnologias e Mediação Pedagógica*. Campinas: Papirus,
- Moretto, C. M., & Fioreze, C. (2019). Responsabilidade social e perspectiva democrática: refletindo a partir do enquadramento teórico do desenvolvimento humano. *Avaliação*, 24(1), 108-126.
- Morgado, E. M. G. (2015). *O Universo da Supervisão: Uma Abordagem Inclusiva nos Domínios da Habilitação para a Docência e da Inserção Profissional*. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Morgado, E. M. G., Silva, L. L. F., & Rodrigues, J. B. (2018). O universo da supervisão: uma



- abordagem inclusiva no domínio da inserção profissional. *Pro-Posições*, 29(3), 492-516.
- Morgado, E. G., Rodrigues, J. B., & Leonido, L. (2024). Rethinking teacher training from an inclusive and community dialogical perspective. *Journal of Education and E-Learning Research*, 11(1), 219–228. <https://doi.org/10.20448/jeelr.v11i1.5430>
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Nóvoa, A. (2013). The blindness of Europe: new fabrications in the European educational space. *Sisyphus, Journal of Education*, 1(1), 104-123.
- Nóvoa, A. (Org.) (2014). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, H. C. C., & Almeida Júnior, O. F. (2015). Memória e linguagem: um estudo sobre os folhetos de cordel. *Inf. & Soc.:Est.*, 2(2), p. 65-73.
- Pelegrini, S. C. A. (2006). Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, 26(51), 115-140.
- Pereira, P. G. (2015). As relações entre língua, cultura, música e o processo de ensinoaprendizagem de língua estrangeira. *Estudos Anglo Americanos*, 43, 62-83.
- PNUD. (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa.
- Rabelo, J., Segundo, M. D. M., & Jimenez, S. (2009). Educação para todos e reprodução do capital. *Rev Eletrônica Trabalho Necessário*, 7(9), 1-24.
- Rocha, T. S. F. (2012). Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *XVIII Encontro Regional (ANPOH_MG)*, 24 a 27 de julho de 2012, Marina-MG, 2012.
- Rodrigues, D. (2012). Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Ubimuseum*, 1, 45-52.
- Rodrigues, D. (2017). Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade: interconexões entre os conceitos. *Revista Letras Escreve*, 7(4), 337-361.
- Romanelli, G. (2009). Como a música conversa com as outras áreas do conhecimento. *Revista Aprendizagem*, 14, 24-25.
- Santos, A. C. V. (2012). *Representações do caldeirão do Beato José Lourenço na Literatura de Cordel: leituras comparativas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza.
- Santos, M. S. (2002). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- Santos, M. S. (2003). *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume.
- Sapir, E. (1980). The status of linguistics as a science. In: F. Smolinski (ed.), *Landmarks of American language and linguistics* (pp. 9-13). Washington: Bureau of Educational and



Cultural Affairs.

Sen, A. (2006). *Identity & violence. The illusion of destiny*. London: Penguin Books.

Sousa, A. (2009). Património, Identidades e os Registos escritos. In: R. Vieira, & F. Magalhães (orgs.), *Património e Identidade*. Porto: Profedições

UNESCO (2016). *Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?* Brasília: UNESCO Brasil.